

GREVE POLÍTICA E CLASSES DOMINANTES

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 20.07.1983

Está programada para daqui a dois dias uma greve geral de 24 horas de protesto contra a política econômica recessiva do governo e, em particular, contra a política salarial. A posição que as classes dominantes brasileiras burguesia e classe média assalariada adotarão diante dessa greve é chave para a formação de uma relativa unidade da sociedade civil brasileira contra a crise econômica e a alienação da soberania nacional ao Fundo Monetário Internacional.

As informações disponíveis indicam que a greve deverá ser razoavelmente bem sucedida. Há uma extensa mobilização em todas as bases sindicais, que seguem as mais diversas orientações, a favor da greve. Por outro lado, o recente decreto visando limitar os reajustes salariais a 80% do INPC nos próximos dois anos, fortaleceu o movimento grevista.

Trata-se, sem dúvida, de uma greve política. Ora, “greve política” é uma expressão que tem até hoje cunho pejorativo para as classes dominantes brasileiras. Por isso, não apenas o governo federal, mas também os empresários, a grande imprensa, os políticos não apenas do PDS, mas mesmo dos partidos de oposição, e a classe média assalariada ou tecnoburocrática poderão adotar uma posição contrária à greve, e legitimar através dessa atitude as medidas repressivas que eventualmente sejam tomadas.

Talvez, entretanto, essas classes dominantes tenham capacidade de perceber que não são todas as greves políticas que são do seu ponto de vista, condenáveis. Se a greve tiver um objetivo claro que não seja desestabilizar o sistema social e destruir as classes dominantes, mas, pelo contrário, unir-se a elas para fazer frente à crise econômica e às pressões externas; se for uma greve ordeira; e se se limitar a 24 horas não há razão para temer uma greve política.

É certo que existem alguns setores menos responsáveis das lideranças sindicais que falam em greve por tempo indeterminado. Tudo indica, entretanto, que essas lideranças

serão claramente minoritária no próximo dia 21. Os líderes sindicais sabem que não é nem viável nem razoável, em um momento de crise e desgoverno como o atual, agravar ainda mais a crise através de um movimento grevista radical.

Nestes termos, se os empresários e as classes médias de um modo geral estão de fato contrários à política econômica atual, deverão encarar esta greve muito mais como um apoio do que como uma contestação. O mesmo deverão fazer os governos estaduais de oposição. Sua responsabilidade é manter a ordem pública, e por isso deverão com seu aparelho de policiamento mobilizado para garanti-la. Mas o mais importante será negociarem com os líderes sindicais de um lado e os líderes empresariais de outro para garantir previamente essa ordem.

Se isto ocorrer, a sociedade civil brasileira, ou seja, o conjunto dos cidadãos organizados em classes e grupos sociais, cada qual com o respectivo peso de poder econômico e político estará dando uma mostra concreta de unidade perante a crise.